

POLÍTICA E EDUCAÇÃO: formação e ação política de mulheres durante a ditadura civil-militar brasileira

Politics and education: women formation and
political action during the Brazilian civil-military dictatorship

Política y educación: formación y acción política
de mujeres durante la dictadura civil-militar brasileña

RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO^{1*}, LUCIANO MENDES DE FARIA FILHO²

¹Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, Recife, Brasil. ²Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, BH, Brasil. *Autora correspondente. E-mail: raylane.navarro@ufpe.br.

Resumo: Entender a relação entre a ação política e a formação de mulheres, forjada em um regime político autoritário, foi o intento da pesquisa que teve como objeto de estudo experiências de mulheres militantes políticas de esquerda que foram presas em Pernambuco durante o regime civil-militar (1964-1985), sob a alegação de subversão. Para tal estudo, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental. As análises indicam que, além dos processos de escolarização, as experiências político-partidárias, o pertencimento a certos estratos sociais, as experiências religiosas e de sociabilidades e, sobretudo, a participação em movimentos sociais foram essenciais para a formação de uma consciência afetiva e moral que reverberou significativamente no combate ao regime autoritário instalado no país.

Palavras-chave: história da educação; regime civil-militar; Pernambuco.

Abstract: Understanding the relationship between political action and the formation of women, forged in an authoritarian political regime, was the aim of the research, which focused on studying experiences of left-wing political militant women who were arrested in Pernambuco during the civil-military regime (1964-1985), under the allegation of subversion. For this study, bibliographic and documentary research was conducted. Analyses indicate that, in addition to schooling processes, political-partisan experiences, belonging to certain social strata, religious and sociability experiences, and, above all, participation in social movements were essential for the formation of an affective and moral awareness that reverberated significantly in combating the authoritarian regime installed in the country.

Keywords: history of education; civil-military regime; Pernambuco.

Resumen: Comprender la relación entre la acción política y la formación de mujeres, forjada en un régimen político autoritario, fue el intento de la investigación que tuvo como objeto de estudio experiencias de mujeres militantes políticas de izquierda presas en Pernambuco durante el régimen civil-militar (1964-1985), bajo la alegación de subversión. Para dicho estudio, se realizaron investigaciones bibliográfica y documental. Los análisis indican que, además de los procesos de escolarización, las experiencias político-partidarias, la pertenencia a ciertos estratos sociales, las experiencias religiosas y de sociabilidad y, sobre todo, la participación en movimientos sociales fue esencial para la formación de una conciencia afectiva y moral que reverberó significativamente en el combate al régimen autoritario instalado en el País.

Palabras clave: historia de la educación; régimen civil-militar; Pernambuco.

INTRODUÇÃO

O golpe civil-militar de 1964 é tema tratado por muitos historiadores, cientistas políticos e jornalistas brasileiros, e seus efeitos na educação também o são pelos historiadores da Educação. São bastante conhecidas as razões que levaram ao golpe e aos modos como ele foi enfrentado. Não são desconhecidos o cerceamento da liberdade de pensamento, de expressão e da ação política, a influência dos Estados Unidos, o acordo MEC-USAID, o projeto de privatização do ensino superior, a reforma universitária de 1967, a reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971, do mesmo modo que não são desconhecidos os enfrentamentos por parte da sociedade civil, de membros de partidos de esquerda e de movimentos sociais, a exemplo dos organizados por trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, negros, indígenas, LGBT e mulheres.

Como forma de contribuir com a historiografia e, sobretudo, com a discussão sobre o contexto político que distinguiu, na História brasileira, este período marcado pelo autoritarismo, o que propomos neste artigo é provocar reflexões sobre o tema da política como educação, aspecto ainda pouco explorado sob a ótica da História da Educação no Brasil. A questão central que motivou esta investigação foi entender a ação política como elemento influenciador de uma educação forjada em um regime político autoritário. Para tanto, definimos como objetivo analisar a educação sob uma perspectiva alargada, contemplando experiências (auto)formativas de militantes políticas que foram presas e perseguidas sob a alegação de subversão. Como objeto de análise, elegemos experiências de mulheres militantes políticas de esquerda durante o regime civil-militar (1964-1985). O recorte espacial esteve circunscrito às presas do Presídio Feminino de Pernambuco (não necessariamente pernambucanas).

As fontes de dados – fichas criminais, processos de indenização de anistiadas, entrevistas orais e livros de memórias sobre o período – foram analisadas sob a perspectiva da História Vista de Baixo – proposta de Edward P. Thompson (1966, 1981, 1987) e de Jim Sharpe (1992), para os quais a história pode ser tecida pela ótica dos de baixo – e da História das Mulheres, sob a ótica de Michelle Perrot (2019, p. 15), que alerta para o fato de que a história das mulheres mudou: “Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação”.

A metodologia esteve centrada na pesquisa bibliográfica e documental, entendendo, conforme a percepção de Bauer e Gertz (2009, p. 181), que a análise de fontes sensíveis e da história recente requer do(a) pesquisador(a) o entendimento dos seus usos políticos, o que subentende que há disputas tanto de preservação quanto de suas interpretações e que os usos a fim de “[...] conhecer os dados existentes sobre qualquer pessoa nos arquivos da repressão [...]” e o “[...] direito de investigação histórica e científica [...]”, para além de “[...] conhecer os responsáveis pelos crimes

contra os direitos humanos [...]”, são legítimos e necessários em função de uma “[...] educação para o nunca mais”.

O artigo encontra-se organizado em dois momentos: no primeiro, nos dedicamos a tratar dos acervos e fontes, considerando seus modos de produção e de guarda, bem como as sensibilidades envolvidas. No segundo, esforçamo-nos para pensar a relação mulheres, regime político autoritário e política como educação, a partir de dimensões consideradas importantes no jogo da política partidária daquele período.

SOBRE OS PORÕES, OS ESTERTORES DA DITADURA E A PRODUÇÃO DE FONTES

Muito já se escreveu sobre os porões da ditadura e sobre as vozes que lá ecoam. São vozes silenciadas ou apagadas, gritos de dor, manifestações de desespero, cartas de esperança, de denúncia e indignação. São ruídos que nos remetem a experiências limites do humano e, por isso, não é sem razão que os lugares de memória que os guardam são chamados de ‘arquivos sensíveis’.

As fontes que mobilizamos nesta pesquisa são sensíveis em sua produção e guarda e demandam uma aproximação que explicita sensibilidades várias em suas análises (Thiesen, 2014). Acessamos documentos, aqui transformados em fontes de pesquisa, que foram produzidos em situações em que a violência do aparelho repressivo estatal era a regra, e, muitas vezes, a sobrevivência dependia da capacidade de simulação ou, no limite, da confissão sob as garras da tortura. É preciso acrescentar, porém, que havia rituais a serem cumpridos, inclusive pela repressão, e tais rituais deixaram marcas, pistas, sinais que nos permitem interrogar e conhecer parte da experiência daquelas que foram expostas ao arbítrio do Estado.

Contraditoriamente são eloquentes as fontes que versam sobre as muitas ocorrências em que pessoas eram presas e desaparecidas, sem que o aparelho repressor tenha deixado marcas visíveis. A respeito destas situações muito se sabe, mas, ainda hoje, pouco se conhece factualmente. Daí a existência contemporânea dos movimentos em busca dos mortos e desaparecidos durante a ditadura.

Noutras situações, direta ou indiretamente, a repressão e, nas últimas décadas, as Comissões da Verdade, produziram e guardaram documentos sobre pessoas presas e/ou assassinadas pelo regime. Isso porque, uma vez presa oficialmente, a pessoa era fichada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), ou seja, sobre ela era preenchida uma Ficha de Identificação que pouco parece ter variado nos distintos estados da federação, inclusive porque havia treinamento para as forças civis e militares que participavam da repressão desde a ditadura de Vargas (Nasser, 1947). As fichas que seguem, mesmo considerando que seja uma atualização de documentos do mesmo gênero utilizados anteriormente, é um documento de informações consistentes sobre aqueles indivíduos que preocupavam o Estado repressor e, portanto, que deveria ser identificado. É com tais documentos que lidamos nesta pesquisa (Figura 1 e 2).

Figura 1 – Modelo de Registro de Preso

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA AUXILIAR
REGISTO DE PRESO:

Detenção

Nome: Maria Celeste Vidal Bastos
 Nome de pai: José Alves de Freitas Vidal
 Nome de mãe: Tereseuza de Oliveira Vidal
 Nacionalidade: Paraguense Natural de: Paraguai
 Profissão: Professora Estado civil: Casada
 Idade: 76 Instrução: Secundária Cór: 15
 Local onde trabalha: Município Vitória St. Vitória PE
 Residência: Rua José Pessoa N.º: 107
 Arrabalde de: Cidade de Vitória
 Local da Prisão: sujeição de sua residência
 Motivo: Subversão da ordem
 A disposição de: Dr. Reberado Auxiliar
 Data da prisão: 12 de Abril de 1964 Solto em:
 Recolhido ao Presídio em:
 Condutor: Detencamente Polícia Militar Vitória
 Prontuário sob n.º: Identificado sob n.º:
 Permanente: Am. Letic. G. L. L. L.
 Observação: Recolhida à "Casa de Melinda"

Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano [APEJE] (n.d.a).

Figura 2 – Modelo de Registro geral de preso da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco

Registo Geral Número

Nome: RAÍDO VIEIRA DE LIMA Vulgo:
 Nome: RAÍDO VIEIRA DE LIMA Qualificação:
 Filho de: e de:
 Nacionalidade:
 Nacionalidade:
 Localidade:
 Idade: em 1916 anos
 Estado civil:
 Profissão atual:
 Sabe ler e escrever?
 Residência atual:
 Residências anteriores:
 Nomes das pessoas que o conhecer e as respectivas residências:
 Nomes dos investigadores que o conhecer:

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA AUXILIAR
REGISTO DE PRESO:

Renúncia do C. de Copanga 8-6-964
(continua até)

Nome: Don. Jaime Rodrigues Fidalgo
 Nome do pai:
 Nome da mãe:
 Nacionalidade: Natural de:
 Profissão: Estado civil:
 Idade: Instrução:
 Local onde trabalha:
 Residência:
 Arrabalde de:
 Local da Prisão:
 Motivo:
 A disposição de:
 Data da prisão: Solto em:
 Recolhido ao Presídio em:
 Condutor:
 Prontuário sob n.º: Identificado sob n.º:
 Permanente:
 Observação:

Fonte: APEJE (n.d.b).

As fichas eram preenchidas com dados civis da pessoa – nome, filiação, naturalidade –, mas também registravam informações que permitissem a localização da pessoa presa numa certa malha de inteligibilidade do aparelho repressor: cor, escolaridade, local de trabalho, dentre outros aspectos. Na documentação com a qual trabalhamos, há poucas fichas/prontuários/processos em que todos os campos estão preenchidos. Essas lacunas, no entanto, não podem nos levar a supor que se tratava de algo sem importância singular no enquadramento da pessoa fichada e na ação repressiva. Isso porque, no universo pesquisado, composto por 225 nomes de mulheres presas em Recife-PE, quando cruzamos as informações encontradas nas Fichas de Identificação com aquelas oriundas e/ou contidas nos Processos de indenização, notamos que, depois da filiação e da naturalidade, a escolarização é a informação que mais aparece. Na outra ponta, a informação que menos foi registrada é referente à cor da pele da pessoa.

Se, por um lado, para o aparelho repressor, a cor da pele não parecia derivar um grande ‘perigo vermelho’, talvez em função da suposta ‘democracia racial’ que vinha sendo alardeada em obras como a de Gilberto Freyre, chegando mesmo, no Censo de 1970, a ser – o elemento raça – suprimido do Censo demográfico do país (Camargo, 2009), por outro, pareciam estar convencidos de que o escrutínio da vida escolar das pessoas presas era fonte de informações valiosas para seu enquadramento como ‘subversivas’ para a organização repressiva.

Embora conste como um dos itens da referida Ficha, a informação sobre as ‘leituras’ raramente aparece preenchida (assim como essa demanda não aparece em todas as fichas), mas esse é, sem dúvida, um daqueles dados sensíveis que a repressão buscava reunir para estabelecer o grau de periculosidade ou de suspeição da pessoa averiguada – ao mesmo tempo, era um dos dados sobre o qual mais se poderia mentir ou dissimular. Isso ocorre porque ninguém, a não ser sob tortura, o que era frequente, confessaria, diante de seu algoz, que está lendo um livro ou autor ‘proibido’. Quando, no entanto, esse item aparece respondido, mesmo considerando essa possível dissimulação, as leituras informadas nos permitem perceber que a pessoa conseguia mobilizar/acessar livros e autores, ainda que em uma situação de constrangimento e de perigo.

Uma vez oficialmente fichadas pelo aparelho repressor, sobre muitas dessas pessoas era organizado um Processo, o qual poderiam constar de algumas poucas páginas ou dezenas delas. Arrolando informações advindas de interrogatórios, das diligências e investigações policiais, das denúncias anônimas e, algumas vezes, de sentenças proferidas pelo judiciário, tais processos guardam um conjunto de dados que nos permitem acompanhar a história, real ou inventada pelo aparelho repressor, da entrada e da permanência na militância política e, muitas vezes, da morte das pessoas a quem eles se referiam.

Outro conjunto de fontes com os quais trabalhamos é formado pela documentação arrolada pela Comissão da Verdade Dom Helder Câmara, instituída em

2012 pelo Governo do Estado de Pernambuco e que vinha no bojo de outras comissões criadas com o fim de apurar os crimes cometidos pelo Estado no período do regime civil-militar ditatorial. Tal fundo inclui, em boa parte, alguns dos documentos já citados, mas, sobretudo, que se somam àqueles produzidos no âmbito das investigações realizadas pela própria Comissão, quais sejam: depoimentos de pessoas que foram presas por motivos políticos, de seus familiares, de amigos e autoridades e funcionários públicos que ajudaram a elucidar as condições do aprisionamento, do julgamento, da morte ou do desaparecimento dessas pessoas, sob a responsabilidade dos aparelhos de repressão; documentos solicitados junto a órgãos de Estado como Secretarias de Segurança, Serviço Nacional de Inteligência, Forças Armadas e Ministérios, a respeito de casos específicos de pessoas presas, mortas ou desaparecidas.(Pernambuco, 2017).

Resultado das Políticas de Memória, Verdade, Justiça e Reparação do Estado brasileiro em relação às pessoas que foram perseguidas pela ditadura e, ao mesmo tempo, em relação ao conjunto da sociedade brasileira, a documentação produzida e/ou reunida pelas da Verdade (Brasil, 2014) possibilita que tomemos contato, de forma organizada e oficial, com as vozes daquelas pessoas que foram emudecidas pelo regime civil-militar e, mais do que isso, trazem à luz, por meio de um intenso trabalho de memória, histórias que foram apagadas ou não tiveram possibilidade nem mesmo de serem pronunciadas. O farto material documental produzido pelas Comissões da Verdade, tanto as Nacionais quanto as Estaduais, constitui fonte sem igual para o estabelecimento dos perfis, das trajetórias de formação e da atuação das pessoas que resistiram ao regime e que caíram sob as malhas de seus aparelhos repressores.

Finalmente, há ainda um outro fundo com o qual trabalhamos e que se refere aos documentos inventariados por pessoas físicas que reivindicaram, ainda do Estado, reparação, na forma de indenização financeira, por terem sido vítimas da ação dos órgãos de repressão ou pelas demais instituições públicas durante a ditadura. Comumente intitulados de Processo de Indenização de Anistiados Políticos, tais processos reúnem, muitas vezes, informações que se encontram nos fundos já pautados acima e, ainda, documentos produzidos ou mandados produzir pelas pessoas interessadas, quer a seu respeito ou de parentes, e que são apresentados aos órgãos de Estado em busca da verdade, da justiça e da devida reparação financeira.

MULHERES: A INSERÇÃO NA LUTA E O CORPO COMO ALVO

Das centenas de pessoas que foram perseguidas, presas e/ou desaparecidas durante a ditadura civil-militar no Brasil, nosso olhar se voltou para o entendimento do processo formativo, da ação política e da rede de sociabilidade das 225 mulheres que caíram nas malhas do regime e foram presas em Recife-PE (Barreto et al., 2024). Nesse sentido, cumpre notar que são distintos os perfis de mulheres a partir dos quais

empreendemos nossas análises. São presas políticas com níveis de escolarização distintos, profissões distintas, cores distintas e pertencentes a agremiações políticas distintas, mas que têm, em comum, o fato de terem sido perseguidas e presas, acusadas de subversão ao enfrentarem o regime autoritário marcado pela ditadura. As distinções a que nos referimos estão demonstradas nos gráficos 1, 2, 3 e 4 a seguir¹.

Gráfico 1 – Formação das mulheres

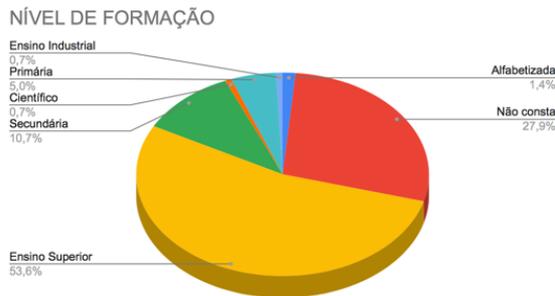


Gráfico 2 – Ocupação das Mulheres



Gráfico 3 – Cor da pele



Gráfico 4 – Agremiação Política



Fonte: Gráficos elaborados a partir do mapeamento que teve como fontes as fichas policiais, processos de anistia de presos políticos e o relatório da Comissão da Verdade Dom Hélder Câmara (Pernambuco, 2017).

Seus depoimentos constam, como já anunciado, em meio às centenas de fichas policiais do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e de processos de indenização de anistiados políticos. Suas histórias nos chamam a atenção por vários motivos. O primeiro deles é pelo recorte de gênero; o segundo é que, a despeito de suas histórias, as mulheres que enfrentaram o regime tinham distintas formações;

¹ Sabemos do não consenso sobre como nominar esse período (para alguns, regime militar; para outros, ditadura militar; para outros, ditadura civil-militar; para outros, ditadura civil, militar, empresarial), entretanto, para fins deste artigo, remetemo-nos ao regime de governo e as suas características e, por isso, o uso do regime civil-militar ditatorial, por entendermos que abarca todos os envolvidos nesse período da história política brasileira marcado pelo autoritarismo.

terceiro, é que elas experienciaram a prisão de diferentes formas; quarto, é que elas se forjaram/educaram politicamente no microcosmo político da esquerda; e quinto e último: elas não representam o universo feminino do período, uma vez que não eram poucas as defensoras e militantes da ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’.

O recorte tem, com isso, o objetivo não somente de evidenciar a participação das mulheres no espaço público, seus modos de resistência e enfrentamentos, mas também de analisar como essas mulheres, nas suas experiências militantes, tiveram a política como educação, no que entendemos como processo formativo que recai não apenas na formação escolar, institucional, mas contempla, também, os aprendizados advindos do seio familiar bem como aqueles tecidos nos outros espaços de socialização, dentre eles, os coletivos de cunho político.

Débora Rocha (2017), a partir do estudo de Ridenti (1990) enumera quatro motivos do engajamento feminino na militância de esquerda no período: a participação nos movimentos cristãos (progressistas); o ensino superior, no caso de Minas Gerais, em especial a partir do curso de Serviço Social; a atividade profissional, sobretudo ligada ao magistério; e, por fim, as “[...] contradições que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) apresentava com relação as questões femininas” [sic]. Na visão da autora, baseada nos estudos de Betzailda Tavares (2003), do mesmo modo que, nessa época, parte dos membros do partido partilhava de valores conservadores quando o sujeito era feminino, havia uma outra parte que, mais sensível às questões femininas e às transformações sociais e políticas, principalmente no final dos anos 1960, contribuíram para uma maior adesão de mulheres à política, em especial as ligadas ao movimento estudantil.

Constatamos tal sensibilidade nas fontes com que trabalhamos bem como no modo como seus contatos, suas redes de sociabilidades, seus microcosmos políticos, seus envolvimento diretos e indiretos com movimentos sociais, agremiações e partidos políticos foram fundamentais para sua educação, aqui entendida como processo de formação do sujeito humano ao longo da vida, podendo ou não incluir a frequência à escola (Brandão, 1983). Isso porque foram esses elementos os responsáveis por uma série de ações e formações políticas contestatórias que, não sem razão, foram consideradas subversivas e enquadradas na Lei de Segurança Nacional, criada, exatamente, para garantir o regime autoritário ditatorial.

Ao longo da pesquisa, ratificamos os espaços-tempos que conformavam ou criavam a possibilidade das ações políticas das mulheres. Fosse na família, na escola, no movimento estudantil, no trabalho ou nos grupos políticos organizados, foram essas as instituições com as quais essas mulheres mantinham contato. A partir desses contatos, ideias foram compartilhadas, projetos de país foram propostos, repertórios socioculturais e políticos foram mobilizados, táticas de e para a ação e engajamento foram engendrados. Nesse sentido, não nos interessa estabelecer a primazia deste ou daquele espaço-tempo, mas tão somente evidenciar quanto esses espaços eram

fundamentais para a formação e a sustentação da ação política. Vale ressaltar que, na maioria das vezes, eles aparecem de forma conjugada.

O caso de Ana Rita de Castro Almeida, aqui representando um coletivo das várias mulheres em situações semelhantes, nos ajudou a entender o elemento familiar na formação política. Isso acontece porque, quando formanda no curso de Serviço Social em Campina Grande, concluiu as disciplinas, mas não apresentou trabalho de conclusão de curso no tempo devido, pois foi presa, em 1969, na cidade do Recife. Sua história, narrada no processo de pedido de indenização, nos permite entender quão importante era sua família como canal de entrada no movimento e que continuava a ser uma forte referência mesmo depois que entravam para as organizações políticas perseguidas pela repressão. Consta no processo de Ana Rita que o motivo de sua detenção foram as atividades subversivas ligadas à Ação Popular (AP)².

Ela e seu esposo, Simão de Almeida Neto, residiam em Campina Grande, onde ele trabalhava como professor. Convidado para se deslocar para Recife para atuar como assistente da UNE, Simão ali se estabeleceu. Poucos meses depois, Ana Rita também se transfere para a capital de Pernambuco e ali passaram a viver e atuar juntos, sustentando-se com os vencimentos do marido e com a ajuda dos seus pais que, “[...] quando vinham lhe visitar, o que ocorreu durante três vezes por mês, sempre proporcionava ao casal umas lembranças de carne, ovos, legumes, queijo, etc.” (APEJE, n.d.d)

Em 2002, em seu processo de requerimento de indenização, direito previsto pela Lei Estadual nº 11.773/2001 de Pernambuco e regulamentada pelo Decreto nº 22.597/2000, consta que Ana Rita de Castro Almeida

[...] foi presa no dia 26.02.69, por policiais ligados ao DOPS, em sua residência, Rua Alto do Benjamim, 197, Fundão, Recife-PE, juntamente com sua amiga cearense de nome Rosa Maria. Foi conduzida a Secretaria de Segurança Pública, encontrava-se no oitavo mês de gestação. Foi submetida diversos interrogatórios sob a responsabilidade de “Moacir Sales e Luiz Miranda”. Ambos deixaram uma história de violência, nada dignificante ao ser humano. Prossegue o requerente, “com interferência de sua genitora, Maria de Lourdes Castro de Almeida, que temia pela sua integridade física e da criança, foi transferida no dia 01.03.69 para a maternidade do Hospital da Brigada Militar, no Recife, onde a mesma ficou presa, custodiada por policiais militares. A família da

² A AP constituiu-se em um movimento de esquerda, defensor do socialismo, que se originou da parte mais politizada da Juventude Universitária Católica, a qual, por sua vez, contava com vários sujeitos que movimentaram a História a partir de ações políticas de esquerda, sobretudo ligadas ao movimento estudantil. Em 1969, ano da prisão de Ana Rita, a AP ainda sofria com as acusações de atentado contra o general Costa e Silva no aeroporto Guararapes em Recife, atentado que levou à morte dois dos seus partidários políticos em 1966.

requerente assumiu todas as despesas com estadia hospitalares e médicas, tendo inclusive contratado os serviços médicos do Dr. Paulo Neto, indicado pela maternidade, o qual acompanhou todo o período de gravidez em que a mesma permaneceu naquela Instituição Militar. No mês de março de 69 foi transferida daquela maternidade para o Hospital Português. Permaneceu naquela Casa de Saúde, ainda presa, sob escolta policial até depois do nascimento de sua filha, quando foi concedida prisão domiciliar, em casa de um familiar, Sr. José Emídio Fernandes, situado à Rua Leonardo Cavalcante, 698, Casa Forte. Posteriormente, sua prisão domiciliar foi revogada, tendo seguido para Campina Grande, PB, onde residiam seus pais” (APEJE, n.d.d, grifo do autor).

Foi para reencontrar-se com o marido – a sua nova família – que Ana Rita se deslocou de Campina Grande para o Recife, e ali se envolveu com a resistência ao regime; mas a presença da família de origem, nesse caso, seus pais, também foi fundamental não apenas para salvaguardar a integridade física e a saúde de Ana Rita e de sua filha recém-nascida, mas também, ao que tudo indica, para acolhê-las quando do retorno a Campina Grande. Doutra parte, observe-se que o deslocamento de Simão de Almeida, seu esposo, para o Recife se deve ao seu envolvimento com a organização do movimento estudantil, demonstrando o entrelaçamento das instâncias da vida social, acima indicado, na sustentação da ação política.

E do que se trata essa ação política contra o regime? De acordo com os processos de presos políticos de Pernambuco, os principais motivos das prisões foram: feitura e distribuição de panfletos sobre defesa da educação pública, pela liberdade de expressão, pela defesa da autonomia universitária, liberdade de cátedra, fim da influência dos Estados Unidos sobre a economia e a educação nacionais, a defesa do Petróleo brasileiro, dentre outros motivos que iam de encontro ao que queria o governo instituído. Isso tudo a partir de ações articuladas que se materializavam por meio de comícios-relâmpago, panfletagem, pichações, discursos em sindicatos, congressos estudantis, artigos em jornais e mais uma série de outras ações que, mais do que revelar o como e o quê se ensinava na esquerda brasileira, desvela o quê e como aprendiam os(as) militantes.

As fichas e os processos permitem, também, conhecer as formas de atuação das mulheres. Elas estavam organizando e participando de passeatas, produzindo e distribuindo panfletos, organizando os trabalhadores rurais, liderando os estudantes – como foram os casos, dentre muitas outras, da Socióloga Tereza Cristina de Albuquerque, da nutricionista Yara Brayner, da estudante secundarista Ana Maria Medeiros da Fonseca. Ou seja, sob os olhos da repressão, estavam participando e/ou organizando práticas subversivas. Práticas estas que requeriam leituras, conversas, rede de sociabilidades que recaíam em um microcosmo cujo clima era de esquerda e contemplava um repertório marxista leninista, como atestam as prisões de mulheres

filiadas ao Partido Comunista do Brasil e as suas derivações: PCB, PCR, PCBR; POLOP, POR e POC e demais agremiações cuja principal característica era a ideologia de esquerda pautada por um projeto de país baseado em ideologia comunista.

A análise das fichas policiais deixa evidente que os textos foram o principal meio encontrado para a disseminação das ideias temidas pelo governo. Fosse no suporte de livro, de revista, de jornal, de cartilha, de panfleto, o texto tinha poder de ressonância, logo seus autores, ou seja, os mentores intelectuais e seus mediadores e divulgadores, deveriam ser impedidos e, por isso, as prisões e as torturas eram perpetradas. Não são raros os casos de pessoas detidas para delatar irmãos, cônjuges, pais, demais parentes, amigos e namorados envolvidos com os movimentos de esquerda. No mapeamento realizado, dentre as mulheres detidas para este fim, estão: a funcionária pública Carmela Pezzutti (Virginia), a médica Sônia Montenegro, a estudante de ensino superior Yara Cecy Falcon Lins, dentre outras. Do mesmo modo também não são raros os registros, sobretudo nos processos de anistia e nos registros memoriais, de como eram os inquéritos, de quão truculentas e criminosas eram as sessões de interrogatórios, de quão violentas eram as formas de aprisionamento, de quão vis eram as formas de perseguição e tratamento dos suspeitos de subversão. A hoje cineasta Sylvia Montarroyos assim rememorou um dos episódios de sua prisão na ditadura quando ainda era estudante e namorava um militante político de esquerda:

Estava nua por baixo de uma capa de chuva, que ficava enorme em mim porque nem sequer era minha e aquela jaula cheia de excrementos cheios de moscas que andavam passeando pelo meu corpo – um corpo que eu já nem reconhecia como meu: estava feio, esquelético e sujo, e nem sequer me era permitido lavá-lo –, aquela jaula era um nojo e cheirava mal. E o abutre pousado sobre o meu teto de grades de ferro era uma prova de que eu estava vivendo na podridão. Tudo era muito degradante. E tantas vezes eles tinham me chamado de filha da p... que a certa altura eu me convenci de que era isso mesmo, a filha de uma prostituta que ali estava recebendo todo aquele castigo “de tabela” pela mãe, como uma refém que havia ficado ali no lugar dela, daquela que devia ser a minha mãe, e para expiar os seus pecados. E devia ser por isso que estava quase sem roupa, e estivera nua diante de todos, para minha vergonha e para pagar os pecados da minha mãe (Montarroyos, 2013, pp. 322-323, grifo do autor).

Como demonstram farta bibliografia e a experiência brasileira recente, nos regimes autoritários, como aquele instalado no Brasil em 1964, ser de ‘esquerda’, participar de atos contrários ao regime ou discordar publicamente dele podia levar a pessoa a ser considerada uma inimiga do Estado. Tais ações eram suficientes para a pessoa sofrer uma série de atrocidades que iam da tensão cotidiana condicionada pelas

notícias de casos de prisão até o desaparecimento, passando pelas prisões e torturas físicas e psicológicas.

Como reação à tamanha degradação, táticas foram tecidas com a intenção de não somente driblar os órgãos da repressão, a exemplo do DOI CODI, mas também, principalmente, de compor um repertório de atuação composto de elementos teóricos e práticos, e, nesse sentido, fica clara a ascendência comunista. Dona de casa à época, Alexina Crespo é um exemplo de um dos vários modos de se forjar militante. Ela foi uma das muitas mulheres que se filiaram ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, a partir do qual participou de empreendimentos de resistência e ampliou sua rede de relacionamentos ao conviver em maior ou menor grau com os líderes políticos comunistas Fidel Castro, Mao Tsé-Tung e Che Guevarra.

Ainda no tocante ao gênero feminino, é necessário lembrar que nessa época, pelo menos dentro das esquerdas brasileiras, a despeito da representação essencial da mulher, a causa demandava uma ‘figura universal do militante’, como explicou Elisabeth Ferreira (1996). E a despeito de todas as conquistas femininas perpetradas desde os anos de 1920, afinal suas lutas já apareciam organizadas no cenário brasileiro havia muito tempo, dentre elas as lutas pelo voto, o que se consolidara em 1932, por meio do Código Eleitoral, a autora também explica que, para os agentes da repressão, as mulheres militantes representavam um “[...] papel duplamente transgressor: enquanto agentes políticos (insurgindo-se contra o regime) e enquanto gênero (rompendo contra o padrão vigente)” (Ferreira, 1996, p. 152).

Assim sendo, sob o ponto de vista da História das Mulheres, nesse período, embora povoado de ações de mulheres, percebe-se a ausência de pautas femininas em função da defesa de temas considerados ‘mais importantes’ politicamente. Malgrado tal contexto, a repressão não esquecia as especificidades dos corpos e das mentes femininas, e sobre estes incidiram as violências e as agruras por ser mulher/do ser mulher num período em que corpos eram ameaçados e violados, como nos fez entender Ana Maria Rollleberg Côrtes, que fora presa grávida, por 55 dias, durante os quais sofreu várias torturas, o que inclui choques elétricos: Assim consta no seu processo de Pedido de Indenização:

Algemada e encapuzada, a requerente foi posta no piso do veículo e transportada para o DOI-CODI em Recife. Em lá chegando a submeteram sessões de torturas continuadas, sendo pendurada por argolas de maneira que não permitisse tocar no piso com os pés, por longos períodos, recebendo, ainda, um sem número de choques elétricos nas orelhas e nas mãos. Naquele mesmo recinto permaneceu a requerente em uma cela escura e solitária, durante cinquenta e cinco dias. E, por estar grávida, sofreu uma ameaça de aborto, que, felizmente, não se consumou (APEJE, n.d.c).

Engana-se, no entanto, quem imaginar que os corpos femininos só se tornaram alvo da repressão e das violações quando do recrudescimento do regime, no final dos anos 1960. Pelo contrário, já nos primeiros meses da ditadura, a presença feminina na luta política era percebida pelos órgãos de repressão, que sobre ela – a presença feminina – atuava. Este é o caso da professora primária e uma das líderes das Ligas camponesas em Vitória de Santo Antão, Maria Celeste Vidal, presa em 1 de abril de 1964 por tentar mobilizar, por meio da rádio local, a população para defender o governador deposto, Miguel Arares, e cuja experiência é narrada pela advogada Mércia Albuquerque (n.d., grifo do autor):

[...] conduzida na carroceria de um caminhão aonde foi estuprada várias vezes, entregue no IV Exército, sendo ali torturada, e apresentada a “Gregorio Bezerra”, com chacotas, posteriormente levada a Secretaria de Segurança Pública naquele local teve as partes pudendas queimadas com ponta de cigarro, as coxas perfuradas com agulhas de crochet. Quando fui visitá-la acabava de ser esbofeteada por “Moacir Sales” quando cheguei, ela abraçou-me, e ouvi pacientemente as ameaças de “Moacir” assacadas contra mim, com ajuda do Desembargador “Agamenon Duarte”, “Celeste” foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor³.

Tais depoimentos são reveladores não somente das violências cometidas pela polícia política que representava um governo ditatorial, mas também, especialmente, do potencial representativo de tais mulheres, que agiram no seu microcosmo, arregimentando elementos que contrariavam as expectativas políticas, sociais e de gênero, como evidenciado no prontuário de nº 9621 (APEJE, n.d.b, grifo do autor) relativo ao médico Nicanor Teodósio que, segundo a polícia, “Trabalhou para o partido comunista certamente inspirado por sua mulher, ‘Naíde Regueira Teodósio’, que tem capacidade de liderança e não ele”.

A médica, professora universitária e militante política Naíde Regueira Teodósio, que teria inspirado seu marido a entrar na luta política, foi também presa, assim como a operária Encarnación Lopes Peres e a então dona de casa, depois enfermeira, Jovelina Tonello do Nascimento, ambas da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR), parte mais extrema da resistência, pois entendiam que deveriam combater a violência de forma mais efetiva, inclusive, com uso de armas, como consta nas suas respectivas fichas policiais.

Não sem razão, encontramos, no universo de mulheres presas (mapeadas no gráfico 4), várias que eram ligadas à Ação Libertadora Nacional (ALN), à Ação Popular Marxista Leninista (AP), ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR 8) e à

³ Declaração prestada por Mércia de Albuquerque Ferreira, sem data, na época advogada de Maria Celeste Vidal: http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/juridica/declaracoes/09_mariaceleste.htm.

Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), ao Partido Operário Comunista (POC), para além da VAR. Tais organizações, todas elas com mulheres envolvidas, foram responsáveis por alguns dos episódios mais contundentes da resistência à ditadura, quais sejam: o sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick; o assassinato do empresário Henning Boilesen e do militante considerado traidor por sua colaboração ao regime, Márcio Toledo; o assalto ao trem pagador em São Paulo e pelo sequestro do embaixador Suíço, Giovanni Enrico Bucher, como consta nas fichas policiais do DOPS acessadas na pesquisa.

OS PROCESSOS FORMATIVOS DAS MULHERES: O QUE REVELAM OS DOCUMENTOS

Os documentos analisados nos permitem constatar que a ação, às vezes longa, de inserção na luta política era profundamente educativa para as mulheres, fosse pela sensibilidade construída ao longo da vida pelas causas abraçadas, fosse pelas leituras realizadas, pela proximidade com companheiros que participavam da luta ou por inúmeros outros modos e motivos de inserção nos movimentos que lutavam contra o regime. Tais mulheres iam desenvolvendo uma consciência não apenas intelectual, mas também afetiva e moral que as impulsionava à luta. Nesse sentido, participavam de experiências educadoras, como aquelas analisadas por Edward P. Thompson ao tratar do movimento operário inglês:

[...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõe certos praticantes teóricos) como instinto proletário etc. elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como “consciência afetiva e moral” (Thompson, 1981, p. 189, [sic], grifo nosso).

As experiências de filiação ideológica e de atuação sistemática, quando somadas à educação doméstica e aos processos de escolarização (institucionais) são reveladoras de uma série de elementos e sentimentos que pesam sobre a formação política de cada uma dessas mulheres em particular, mas, sobretudo, como coletivo de gênero. Isso porque, na época em destaque, como relata Ana Maria Colling (2017), que estudou a atuação das mulheres na ditadura, vários estereótipos se somavam aos que tradicionalmente sobre elas pesavam. De modo que o processo de

atuação no espaço público por meio do engajamento político de esquerda foi “[...] marcado não somente por uma dinâmica de forças e determinações, mas também por conflitos internos, discordâncias, angustias e preocupações” (Rocha, 2017, p. 148, [sic]), como atesta a pesquisadora ao estudar a participação feminina na Ação Popular em Minas Gerais.

Foi justamente nas brechas deixadas pela esquerda brasileira que um perfil específico de mulher adentrou. Pautadas mais pelo enfrentamento à situação política vigente e menos pelas necessidades do próprio gênero, elas adentram a política e se forjam nas suas teias. E é nesse investimento que conseguimos entender a política como educação, uma vez que investimentos foram acionados em nome do que acreditavam ser o melhor para o país. O próprio Thompson, ao analisar sua formação, assim concluiu:

Penso que esta prática [pesquisar] mais as discussões com duas ou três pessoas, e minha participação no Grupo de Historiadores do Partido Comunista, onde fazíamos discussões teóricas todo o tempo, fizeram-me historiador. O intercâmbio formal e informal com os companheiros socialistas me ajudou mais do que qualquer outra coisa que havia encontrado em Cambridge. Isto não é para dizer que não valorizo a universidade, mas para enfatizar a necessidade de não dependermos dela, apenas das instituições, mas de nós mesmos e sempre nos ajudarmos uns aos outros (Thompson 1979 apud Fenelon, 2014, p. 42).

Conforme salientado anteriormente, ao tomar como objeto de análise as experiências de mulheres da esquerda, pudemos entender como foram múltiplos e, às vezes, longos os processos formativos que as levaram à luta. Isso ocorre porque os documentos nos permitiram mapear instâncias pelas quais passaram e às quais são creditados elementos da sua formação. A advogada Mércia Albuquerque, por exemplo, ao narrar um episódio que a forjou, ajuda a compreender a formação também pelas redes de relacionamentos. Ela, que fora detida algumas vezes e que defendeu centenas de políticos, assim rememorou um episódio muito comum entre aqueles que lutavam contra o regime instituído:

Fui, no dia 27 daquele janeiro triste, à Auditoria do 7º Regimento Militar. Ao adentrar o fórum militar, encontro Boris Trindade, colega muito querido, que sempre me orientava na condução dos processos, e me ensinava a malícia que deveria ter o advogado. Foi logo me abordando: – “que bicho te mordeu?”. Disse-lhe do meu desgosto, da minha tristeza com a violência nas prisões, as torturas, as mortes. Deu um murro na mesa: – “deixe de frescura; nós estamos numa ditadura militar, você acha que milico vai prender

comunista ao som de violino? Olha em frente, que não muito longe está a anistia, e esta ‘merda’ – referindo-se à Lei de Segurança Nacional – será arquivada. Eu recebo os mesmos impactos que você recebe, e não estou me derretendo. Mércia, nós somos a esperança dos náufragos neste momento que vivemos; não se dobre!”. Levantei-me, envergonhada. Abracei e beijei meu amigo, meu irmão de luta legal. Já não sentia o desgosto silencioso na garganta. Acendeu-se em mim uma força feroz. Abandonei o riso de descrença de Sara, mulher de Abraão. O riso de descrédito. Sara, por se sentir velha, e o marido, centenário para conceber um filho, que acabara de ser anunciado por um anjo (Gênesis, 18:12) (Albuquerque, n.d., grifo do autor).

O nome de Mércia, que também fora presa política, se soma ao de várias outras que fizeram parte dessa história. São poucas as dúvidas de que suas formações políticas foram marcadas por debates, discussões, criação e distribuição de panfletos, manifestações, críticas e reuniões, principalmente se atentarmos para o grau de comprometimento e engajamento organizado, mesmo que não acadêmico. Foi no contexto do regime civil-militar, marcado pela ditadura, que tais mulheres se fizeram, como diria Thompson ao tratar do ‘fazer-se dos sujeitos históricos’. É de Thompson a ideia de que a experiência social é a mais rica das possibilidades históricas. E quando atentamos para a experiência de cada uma dessas mulheres, ou mesmo das experiências coletivas, reconhecemos como o engajamento político por meio da militância de esquerda foi crucial para suas reflexões, para o enfrentamento às críticas ao comunismo e para suas consciências afetiva e moral ao dedicar-se ao trabalho político como um componente ativo na construção de uma perspectiva democrática, a partir do socialismo/comunismo.

As discussões sobre as práticas do Partido Comunista e de seus dissidentes, mais ou menos radicais quanto às questões enfrentadas no pós-golpe, parecem demonstrar que as grandes preocupações do grupo de militantes de esquerda eram seu comprometimento com as questões mais cadentes do país. E, se Thompson e seus companheiros, na Inglaterra, contribuíram com “[...] as definições e teorizações de uma política cultural nacional-popular que valorizasse o povo, a nação e sua luta histórica pela democracia [...]”, seguindo os mesmos caminhos, no Brasil, tivemos guerreiros que também deixaram escrito “[...] o desejo de romper com o reducionismo economicista, considerado como a vulgarização do marxismo, e estavam dispostos a uma batalha de ideias para levar avante suas posições” (Fenelon, 2014, p. 43). Estamos falando, dentre outras pessoas, das presas políticas que, como interpretado por Silvana Schmitt (2023, p. 22), ao se dedicar ao estudo das universitárias do Brasil e Espanha contra regimes ditatoriais, assim concluiu:

Sem embargo, a violência contra as universitárias foi marcada pela condição feminina, por isso, permeada pela hostilidade da violência sexual, física e emocional. Outro dado importante diz respeito ao engajamento de muitas universitárias nos estudos sobre feminismo e, posteriormente, o ingresso nas lutas desse coletivo, em ambos os países.

Por fim, como vimos ao longo do texto, no período estudado, no Brasil, as mulheres participaram ativamente dos principais coletivos de luta contra a ditadura civil-militar e se constituíram, por suas experiências (auto)formativas, numa das principais forças de resistência e luta pela democracia no país. Conhecer seus movimentos e estabelecer suas histórias, como buscamos fazer aqui, é um passo fundamental para que possamos reconhecê-las, de uma vez por todas, como sujeitos históricos que se forjaram, resistiram e atuaram politicamente no espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de haver abundantes fontes e, hoje, um número muito expressivo de trabalhos que revelam a intensa participação das mulheres na luta contra a ditadura, a história e as memórias ensinadas, na escola e no conjunto do mundo social, ainda predominam as participações masculinas naqueles movimentos de resistência. Sabemos, no entanto, que a presença das mulheres foi de tal intensidade que encontramos, para a região Nordeste, centenas de processos relativos a muitas que foram investigadas, presas, torturadas, mortas e/ou desaparecidas durante o período demarcado nesta escrita.

Este texto buscou apresentar parte de nossa investigação, refletindo menos sobre a especificidade do feminino face à repressão – o corpo feminino como alvo de violências específicas – e mais sobre os vários processos pelos quais as mulheres adentravam a luta política e as experiências educativas que as forjaram para tal.

Buscamos mostrar, também, como são múltiplos os caminhos e forças que levam à entrada e sustentam a permanência na luta política. Família de origem ou de escolha, escola, igreja, ligas camponesas, movimentos estudantis... são instâncias que levam à aproximação e/ou entrada nos movimentos de resistência e, do mesmo modo, são sustentáculos para neles permanecerem. São lugares onde se tecem redes de cumplicidade, solidariedade política e financeira, conforto afetivo e onde se busca formação e informação, elementos vitais para a manutenção da vida e da luta em tempos sombrios e violentos.

São, também, não se pode esquecer, instituições educativas. Afinal, na sociedade brasileira, em que se costuma confundir educação com escola ou com a escolarização, é bom evidenciar – como fazem as fontes desta pesquisa e as

experiências aqui analisadas ajudam a fazê-lo – que o processo de formação para a vida e, especificamente, para a ação política é muito mais abrangente do que aquele que se dá no interior de uma instituição escolar, ainda que a frequência a ela seja um capítulo muito importante dessa formação. Conforme buscamos evidenciar, a formação de uma consciência afetiva e moral, para lembrar as palavras de Thompson (1987), que se indigna com o arbítrio e a violência, consciência que se mobiliza para a luta, é constituinte e resultado de um processo mais amplo que se estabelece desde a infância e acompanha os sujeitos ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, M. (n.d.). *Livro inédito de Mércia*.

<https://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/escritos/livroinedito/texto1.html>

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano [APEJE]. (n.d.a). *Comissão da Verdade: processo de indenização de Maria Celeste Vidal*.

https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/c/c/d/ccd1cdd3a7475610c4c58fec10d649f42ac1edd159566e64a8244933c11fc0eb/bc2eb5ca-64cb-459f-9b86-59b854ed80bf-Maria_Celeste_Vidal_Bastos.pdf

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano [APEJE]. (n.d.b). *Comissão da Verdade: processo de indenização de Naíde Regueira Teodósio*.

https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/1/f/d/1fd5f962a069f9ca007491716c8333562c13667a07e237c5f8f436192a28b7cb/8208a099-3b5d-49ea-adf0-022918f14077-Naide_Regueira_Teodosio.pdf

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano [APEJE]. (n.d.c). *Comissão da Verdade: processo de Ana Maria Rollemberg Côrtes*.

<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/ana-maria-santos-rollemberg-cortes-pdf>

- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano [APEJE]. (n.d.d). *Comissão da Verdade: processo de Ana Rita de Castro Almeida*.
<https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/index.php/ana-rita-de-castro-almeida-pdf>
- Barreto, R. A. D. N., Silva, M. E. G. B., Silva, H. S. (2024). La política como acción educativa: mujeres contra la dictadura cívico-militar en Brasil. *Revista Argentina de Investigación Educativa*, 4(8).
<https://portalrevistas.unipe.edu.ar/index.php/raie/article/view/344>
- Bauer, C. S., & Gertz, R. E. (2009). Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In C. B. Pinsky, & T. R. Luca (Orgs.), *O historiador e suas fontes* (pp. 173-194). Contexto.
- Brandão, C. R. (1983). *O que é educação?* Brasiliense.
- Brasil. (2014). *Comissão Nacional da Verdade: mortos e desaparecidos políticos*. CNV.
- Camargo, A. P. R. (2009). Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 4(3), 361-385.
- Colling, A. M. (2017). As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*, 10(10). <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/11605>
- Fenelon, D. R. E. P. (2014). Thompson – história e política. *Revista História & Perspectivas*, (n. esp.).
<https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27925>
- Ferreira, E. F. X. (1996). *Mulheres, militância e memória*. Fundação Getúlio Vargas Editora.

- Montarroyos, S. (2013). *Réquiem por Tatiana: memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos (Missa em si menor?)*. Cepe.
- Nasser, D. (1947). *Falta alguém em Nuremberg: torturas da polícia de Filinto Strubling Muler*. Edições do povo.
- Pernambuco. (2017). *Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara*. (Relatório final, Vol. 1-2). CEMVDHC.
- Perrot, M. (2019). *Minha história das mulheres* (Angela M. S. Corrêa, trad.). Contexto.
- Ridenti, M. S. (1990). As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, 2(2), 113-128. <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806>
- Rocha, D. R. (2017). História e memória das mulheres na Ação Popular. In C. Dellamore, G. Amato, & N. Batista (Org.), *A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro* (pp. 129-150). Letra & Voz.
- Schmit, S. (2023). Universitárias contra regimes ditatoriais. *Revista Brasileira de História da Educação*, 24(1), e300. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/66611/751375156433>
- Sharpe, J. (1992). A história vista de baixo. In P. Burke (Org.), *A escrita da história* (Magda Lopes, trad., pp. 39-62). Ed. Unesp.
- Tavares, B. M. M. (2003). *Mulheres comunistas: representações e práticas femininas no PCB (1945-1979)* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais.

Thiesen, I. (Org.). (2014). *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964*. 7 Letras.

Thompson, E. P. (1966). History from below. *The Times Literary Supplement*, 279-281.

Thompson, E. P. (1981). *A Miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser* (Waltelsir Dutra, trad.). Zahar.

Thompson, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa* (Denise Bottmann, trad., Vols. I-III). Paz e Terra.

RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO:

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Mestrado Profissional em Educação Básica da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Graduada em Ciências Sociais e mestre e doutora em Educação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades - GEPIFHRI/CNPQ/UFPE. Estuda a educação e a formação política de mulheres em regimes autoritários.

E-mail: raylane.navarro@ufpe.br

<https://orcid.org/0000-0002-5602-8534>

LUCIANO MENDES DE FARIA FILHO: Professor aposentado da UFMG. Bolsista de Produtividade 1A do CNPq. Pedagogo. Mestre e Doutor em Educação. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades-GEPIFHRI/CNPQ/UFPE. Realiza investigações sobre a Educação e os direitos humanos na História da educação.

E-mail: lucianomff@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-1023-7138>

Recebido em: 30.07.2024

Aprovado em: 09.01.2025

Publicado em: 01.05.2025

NOTA:

Este artigo faz parte do dossiê “A Educação nos Tempos da Ditadura”.

EDITORES RESPONSÁVEIS:

Eduardo Lautaro Galak (UNLP, Argentina)

E-mail: eduardo.galak@unipe.edu.ar

<https://orcid.org/0000-0002-0684-121X>

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)

E-mail: elizabethfsa1@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5861-7535>

Rosa Fátima de Souza Chaloba (Unesp)

E-mail: rosa.souza@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0002-3905-7317>

RODADAS DE AVALIAÇÃO:

R1: três convites; dois pareceres recebidos.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Barreto, R. A. D. N., & Faria Filho, L. M. de. (2025). Política e educação: formação e ação política de mulheres durante a ditadura civil-militar brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, 25, e369. DOI:

<https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e369>

FINANCIAMENTO:

O presente artigo é fruto do projeto de pesquisa ‘A relação Mulheres, Educação e Regime político autoritário no nordeste do Brasil (1964-1978)’, financiado pelo Edital Universal MCTIC/CNPq 2021 e contou com recurso Capes/Proap.

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO:

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).